

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 40, (Jan/Dez) de 2024
ISSN: 2178-7476



A ATUAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM MOÇAMBIQUE DIANTE DAS MUDANÇAS SOCIAIS

THE PERFORMANCE OF UNIVERSITY TEACHERS IN MOZAMBIQUE IN THE FACE OF SOCIAL CHANGES

João Francisco de Carvalho Choe
Docente da Universidade Púnguè – Moçambique
E-mail: jcarvalhochoe@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8497-9794>

Carla Maria dos Anjos Casimiro Chemane
Doutoranda em Psicologia Educacional, na Universidade Pedagógica de Maputo
Email: carlamariachemane@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-6034-5764>

Resumo:

Compreender o fenómeno educativo tornou-se um desafio da atualidade no seio académico, na medida em que o mesmo envolve a interação entre diferentes atores que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, quando se fala da atividade docente no ensino superior, há que se ter em consideração que existem aspetos fundamentais que concorrem para a qualidade do ensino, que não apenas dizem respeito ao dom de transmissão de conhecimento, mas também, às idealizações a respeito do grau académico e da oratória. Neste sentido, o contexto moçambicano, onde os aspetos socioeconómicos caracterizados pelo subdesenvolvimento e pobreza, que em parte entram no processo de desenvolvimento, tornam-se fundamentais para compreender a atuação dos professores universitários, numa perspetiva em que as políticas públicas voltadas para a educação ainda encontram barreiras para a sua implementação e eficácia quando se fala da qualidade do próprio ensino. Assim, constatou-se que no exercício das suas atividades, os professores devem estar abertos a receber e implementar mudanças, pois, estamos perante uma sociedade em que as instituições académicas e em particular as superiores, que por sua vez estão inseridas num contexto social, devem estar aptas para receber e adaptar-se às contingências que o mundo impõe num contexto de globalização, sem contar que o ramo científico em si, exige uma atualização constante e adaptabilidade aos novos paradigmas do ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Formação Docente, Universidade moçambicana, Discente e Mudanças Sociais.

Abstract: This article deals with the performance of university professors in Mozambique in the face of social changes. Understanding the educational phenomenon has become a current challenge in the academic field, as it involves the interaction between different actors who are part of the teaching and learning process. Therefore, when we talk about teaching activity in higher education, it must be taken into account that there are fundamental aspects that contribute to the quality of teaching, which not only concern the gift of transmitting knowledge, but also the idealizations regarding the academic degree and oratory. In this sense, the Mozambican context, where the socioeconomic aspects characterized by underdevelopment and

poverty that partly hinder the development process, become for its implementation and effectiveness when it comes to the quality of teaching itself fundamental to understand the performance of university professors, in a perspective in which public policies aimed at education still face barriers to its implementation and effectiveness when it comes to the quality of teaching itself. Thus, it was found that in the exercise of their activities, teachers must be open to receive and implement changes, since we are facing a society in which academic institutions and in particular higher institutions, which in turn are embedded in a social context, must be able to receive and adapt to the contingencies that the world imposes in a context of globalization. Not to mention that the scientific field itself requires constant updating and adaptability to new paradigms of teaching and learning.

Keywords: Teacher Training, University, Student and Social Change

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge no âmbito da problemática constatada no contexto universitário onde recorrentemente temos nos deparado com situações de professores que buscam apoio ou manifestam dificuldades para fazer face às mudanças sociais, relacionadas com o meio ambiente em que as universidades moçambicanas se encontram inseridas, assim como as exigências do mercado de trabalho e a competitividade que o mundo intelectual demanda.

Esta inquietação foi consolidada com reflexões que foram surgindo no decorrer da atividade na área da docência, que permitiu constatar que o professor universitário em Moçambique, enfrenta dificuldades num contexto em que o seu papel vai além de simples transmissor do conhecimento, devendo tomar para si, o papel de orientador, facilitador e espelho dos seus estudantes, durante o processo de ensino e aprendizagem, demonstrar domínio e abertura para discussões saudáveis sobre temas que não apenas digam respeito à formação meramente académica, mas, de preparo profissional e para a vida futura dos estudantes.

Neste sentido, o facto da escola não se encontrar isolada do meio social em que o estudante assim como o próprio professor são oriundos, é importante que não sejam ignorados os acontecimentos que ocorrem nesse ambiente, pois, estes exercem influência directa na forma como o processo de ensino vai ocorrer no seu todo, e diante deste cenário, o professor torna-se responsável por criar um ambiente positivo de disciplina e aprendizagem na sala de aula, assim como na promoção de outras atividades complementares (extracurriculares).

Em Moçambique, após a proclamação da independência nacional em 1975, existiram vários professores que não possuíam formação pedagógica necessária para lecionar em instituições de ensino convencionais, o que significa que a maioria dos professores, não era detentora de formação e conhecimento pedagógico necessário para fazer face ao ensino, facto que colocava estes profissionais em situações de não conseguem compreender as mudanças sociais que ocorriam à sua volta.

A situação acima descrita, que foi se transformando em lacuna severa para o progresso da educação em Moçambique, trouxe a necessidade de exigir-se mais do ensino em todos os níveis, particularmente o universitário, pelo que, atualmente, para ingressar a uma instituição de ensino

na qualidade de professor, é imperioso que o indivíduo possua formação adequada em pedagogia. No entanto, para ser docente do ensino superior não basta somente ser pesquisador, intelectual, conhecedor de conteúdos específicos, é também necessário que seja conhecedor das técnicas e teorias de ensinar, ou seja, mais do que ensinar, o professor deve saber como ensinar.

Deste modo, MASETTO, (2003), aponta-nos quatro mudanças na docência do ensino superior, nomeadamente: 1) No processo de ensino – capacidade de incentivar os estudantes a construir seu próprio conhecimento; 2) Incentivo à pesquisa – desenvolvimento do ensino com pesquisa, do ensino por projetos e da introdução das tecnologias da informação; 3) parceria e coparticipação entre professores e estudantes – estudantes percebe no professor um aliado para sua formação; e 4) perfil do professor – formação adequada para a docência superior. Coerência com o que o professor exige e o que faz. Para o autor acima citado, essas mudanças seriam eficazes para a atuação do professor universitário e também para alcançar de forma positiva seus estudantes.

Assim sendo, a presente pesquisa propõe-se a analisar a atuação do professor universitário diante das mudanças sociais, buscando demonstrar que as mudanças são elementos que devem ser trabalhados tanto pelo professor, pela universidade assim como pelo estudante, procurando deste modo, responder à seguinte questão: como as mudanças sociais ocorridas na sociedade e na universidade, podem interferir na atuação do professor universitário em moçambique? Com efeito, a pesquisa foi sustentada pelos escritos de autores como: NÓVOA, (1995); MASETTO, (2002); PARENTE, et al (2014); PIMENTA (1999); ZABALZA (2014); CUNHA, (2007); TEIXEIRA, (1999), os quais trazem abordagens convergentes sobre a temática da formação do docente de ensino superior e as mudanças sociais, pelo que, com base nestes autores, efetuou-se uma análise acerca da realidade vivida no contexto das universidades moçambicanas.

Revisão da Literatura Educação em Moçambique

A educação é um processo pelo qual a sociedade prepara os seus membros para garantir a sua continuidade e seu desenvolvimento. Trata-se de um processo dinâmico que busca, continuamente, as melhores estratégias para responder aos novos desafios e a continuidade da transformação e desenvolvimento que a sociedade impõe. A sociedade moçambicana em particular, tem estado, nos últimos tempos, em mudanças profundas motivadas por fatores político-económicos e socioculturais.

A Constituição da República de Moçambique (2004) consagra no seu artigo 88, nº. 1 e 2 a educação como um direito e um dever de cada cidadão, e consagra ainda que o Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.

A lei do Sistema Nacional de Ensino de 1992¹, define o Sistema Educativo atual em 3 subsistemas: ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extraescolar. O ensino escolar compreende i) o Ensino Geral, ii) o Ensino Técnico-Profissional e iii) o Ensino Superior, sendo que o português é a língua oficial e de instrução. Por seu turno, o ensino extraescolar engloba atividades de alfabetização e de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica realizadas fora do sistema regular do ensino.

Desde a proclamação da independência, em 1975, Moçambique conheceu três períodos distintos na evolução do Sistema Educativo: o primeiro, entre 1974/5 e 1979, em que se assistiu uma forte expansão da rede e dos efetivos escolares, como resultado da nacionalização da Educação no período pós-independência. Nesse período, houve uma grande mobilização da população para que aderissem as escolas, em especial ao ensino primário, sendo o principal foco das atenções (a estratégia principal para erradicar o analfabetismo).

O segundo período, entre 1980 e 1992, que corresponde ao período do conflito armado, no qual se verificou a redução significativa da rede escolar e uma estagnação do número de alunos. Nesse período, devido às diferentes mudanças nos paradigmas curriculares foi possível elaborar e aprovar a Lei nº. 4/83 de 23 de março, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE), estabelecendo três principais objetivos: erradicar o analfabetismo; introduzir a escolaridade obrigatória e formar quadros de acordo com as necessidades de desenvolvimento.

Por seu turno, o terceiro período iniciou a partir de 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, até aos nossos dias, em que voltou se a registar uma tendência de expansão da rede e dos efetivos escolares, primeiro do Ensino Primário e, mais tarde, particularmente durante os últimos anos do Ensino Secundário. Atendendo que as reformas são processos contínuos, foi aprovada a Lei nº. 6/92 de 6 de maio que revoga a Lei nº. 4/83 de 23 de março, introduzindo uma nova dinâmica para a estrutura do SNE.

As diversas intervenções no sector foram sendo definidas pela Política Nacional de Educação de 1995 e pelos vários Planos Estratégicos elaborados até ao momento. O primeiro Plano Estratégico da Educação vigorou de 1998 a 2005 com o principal enfoque no ensino primário e teve como objetivos específicos aumentar o acesso, melhorar a qualidade e reforçar a capacidade institucional. Dava-se ênfase as medidas específicas que contribuíssem para a melhoria da qualidade da educação e a retenção dos alunos até à 7ª classe, por forma a atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio na Educação.

Com intuito de responder cabalmente a demanda do mercado foi elaborado o Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC – 2006-2010/11), que apresenta o seu foco na Educação Básica para todos, sem esquecer-se dos objetivos essenciais do sector, nomeadamente: expandir o acesso a educação; melhorar a qualidade de educação e por último reforçar a capacidade institucional.

1 Lei nº 6/92, publicada no BR, nº 19 (1ª série), 6 de maio, 1992. Deve-se notar que alguns aspetos da Lei está desatualizada, principalmente no que concerne ao ensino técnico-profissional. Está prevista uma revisão da Lei após a aprovação deste Plano.

Portanto, a situação atual do capital humano em Moçambique, é influenciada de forma significativa pelos acontecimentos ocorridos durante a administração colonial portuguesa e pelas subsequentes decisões tomadas após a proclamação da independência nacional. Atingir a educação de qualidade para todos é um objectivo prioritário do Governo de Moçambique.

Quando se fala de qualidade do ensino superior, chama-nos atenção a proliferação espacial de universidades no país, pequenas escolas e institutos universitários pelo país, com turbo docentes e muitas vezes a capacitação destes últimos deixa a desejar. Estas instituições na sua maioria não possui instalações apropriadas, acervo bibliotecário, nem laboratórios. Pelo que, (MOSCA, 2009) chama atenção que o bom objectivo de fazer chegar escolas superiores às zonas menos desenvolvidas, não deve ser à custa dos requisitos mínimos, para que o ensino se possa realizar com qualidade.

De acordo com a AGENDA 2025 (2003: 30), ainda prevalecem cenários que concorrem para a baixa qualidade do ensino explicada essencialmente pelos seguintes motivos: Insuficiente qualificação pedagógica dos professores; Condições difíceis e precárias em que trabalham os professores; Pouco apoio em termos pedagógicos; Baixos salários e atrasos no pagamento de salários; Falta de motivação por parte dos professores que abraçaram a carreira como um emprego de recurso à espera de um outro melhor; Falta de reconhecimento e incentivos aos professores mais dedicados; Falta de reciclagem periódica.

Igualmente, as condições de aprendizagem dos alunos são afetadas por: Falta de alimentação e vestuário; Escassez de recursos financeiros; Escolas com Direções fracas e deficientes ligações com as comunidades; Longas distâncias entre a escola e o local de residência do aluno; Doenças; Casamentos prematuros dos alunos, sobretudo das alunas; Pouca cooperação dos pais que acham ser mais importante arranjar emprego para o filho do que motivá-lo a estudar; Falta de laboratórios nas escolas e condições básicas para aulas práticas (experimentação); Inexistência de incentivos aos melhores alunos do ensino primário e secundário, através de bolsas de estudos e oferta de material escolar; Falta de centros de excelência que concentrem e promovam o saber dos alunos mais dotados.

Refira-se ainda que, o problema de má qualidade de ensino no país não se pode resolver atuando em uma única dimensão, há que ver este problema como uma conjuntura, que para a sua resolução, é preciso apostar numa formação mais profissional dos docentes, oferecendo melhores condições de trabalho, como também, importa apostar em infraestruturas escolares melhoradas, não apenas em zonas urbanas, mas pelo país como um todo.

O Ensino superior moçambicano

O Ensino Superior inclui as universidades, escolas e institutos superiores públicos e privados bem como as Academias. Para ingressar no Ensino Superior, os alunos têm que concluir a 12ª classe do Ensino Secundário Geral ou o equivalente do Ensino Técnico-Profissional e aprovar num exame

de admissão. Para evitar a exclusão para as classes com menor rendimento económico existe um sistema de bolsas.

Em Moçambique, a questão do ensino nos primeiros anos da independência era bastante caricata, na medida em que “A faculdade de educação da Universidade Eduardo Mondlane IV [1982,15], aponta que as estatísticas do ano de 1975 demonstram que cerca de 98% da população moçambicana era analfabeta, e apenas 3800 estudantes frequentavam o ensino universitário, e deste número, apenas 40 eram de origem africana”. (CASTIANO e NGOENHA, 2013)

O ensino superior existe formalmente em Moçambique há 62 anos, isto é, desde 21 de agosto de 1962 com a abertura dos Estudos Gerais Universitários de Lourenço Marques, então Maputo” (PREMUGY, 2012 p.07). A revisão constitucional de 1990, abriu portas para uma economia de mercado que possibilitou a criação de instituições educacionais não mais sob a tutela do Estado, que com a primeira Lei sobre o Ensino Superior (Lei nº1/93 de 24 de junho) permitiu-se a criação de IES privadas, abrindo desse modo, uma nova realidade para a educação no país.

Com o intuito de assumir o ensino superior como motor para o desenvolvimento no país, o Governo cria em 2000, o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, que lançou no mesmo ano o Plano Estratégico do Ensino Superior (2000-2010). Devido a complexidade no processo de gestão do ensino superior, houve necessidade de se alterar a Lei nº 1/93, tendo sido substituída pela lei nº 5/2003 de 21 de janeiro, que focalizou os aspetos relacionados com o controle e a qualidade. E com os novos desafios que foram surgindo, criou-se a lei nº 27/2009 de 29 de Setembro (Lei do Ensino Superior).

No período compreendido entre os anos de 1980-2000, o ensino superior era ministrado por quatro instituições públicas, a Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade Pedagógica, o Instituto Superior de Relações Internacionais e a Academia de Ciências Policiais, e mais seis IES privadas, pelo que, estas instituições passaram para a jurisdição do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia aquando da sua criação no ano 2000.

As IES² gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa, regulamentado através da Lei do Ensino Superior, que surge num contexto de transformação e busca de enquadramento do sistema nacional de ensino superior aos desafios que o processo de desenvolvimento traz para a sociedade. Esta lei, visa regulamentar as atividades levadas a cabo por todas IES do país, estabelecendo parâmetros a serem observados por essas instituições, sejam elas públicas ou privadas. (BR, 2009: art.º 1 e nºs 1 e 2 dos art.º 6 e 13 respetivamente).

Segundo o artigo 22 da Lei nº 27/2009, de 29 de setembro (BR, 2009) o ensino superior estrutura-se em três ciclos de formação, nomeadamente o 1º, 2º e 3º ciclos, os quais correspondem

² As instituições de ensino superior são pessoas coletivas de direito público ou privado, com personalidade jurídica, que gozam de autonomia científica e pedagógica, administrativa, disciplinar, financeira e patrimonial, e se classificam consoante a sua missão ou tipo de propriedade e financiamento (artigo 13, da Lei nº 27/2009, de 29 de setembro).

aos graus académicos de Licenciado, Mestre e Doutor, respetivamente. No que concerne aos graus académicos, o BR (2009) no seu artigo 25 estatui os seguintes:

- **O grau de Licenciatura** é a qualificação com carácter predominantemente académico ou profissional que se obtém numa instituição de ensino superior, no final do 1º ciclo de formação e é conferido numa Universidade, Instituto Superior, Escola Superior, Academia ou Instituto Superior Politécnico;
- **O grau de Mestre** é a qualificação com carácter predominantemente académico ou profissionalizante, que se obtém numa instituição de ensino superior, no final do 2º ciclo de formação. O grau de Mestre de natureza académica é conferido pelas Universidades e Institutos Superiores e o grau de Mestre de natureza profissionalizante é conferido por Universidades, Institutos Superiores, Academias, Escolas Superiores e Institutos Superiores Politécnicos;
- **O grau de Doutor** é a qualificação com carácter predominantemente académico que se obtém numa Universidade, no final do 3º ciclo de formação.

Ensino Superior em Moçambique, tem vindo a marcar um acentuado desenvolvimento, sobretudo do ponto de vista quantitativo, na medida em que o número de instituições das (IES) tem vindo a crescer desde o alcance da independência nacional, através da expansão destas instituições por quase todo o território nacional. Devido a este cenário, o Governo moçambicano, vem assumindo que o Ensino Superior como motor de desenvolvimento do país, pelo que, vários são os planos estratégicos concebidos e implementados para incrementar e melhorar o funcionamento das IES em estreita ligação com o mercado de trabalho.

Os fatores principais que contribuíram para esta transformação foram a aprovação e implementação de dispositivos legais conducentes à diversificação da tipologia de instituições, para além da criação de condições favoráveis à emergência de instituições privadas (Lei n.º 1/93, de 24 de junho), bem como a maior diferenciação e flexibilidade de modalidades e regimes de ensino presente

Pensar na atuação da universidade em Moçambique é analisar que seu papel é plural e diverso, isto porque a universidade é composta por uma heterogeneidade, são pessoas diferentes, com culturas, classes sociais contrárias, provenientes de diversas academias, no entanto, como objetivos próximos, qual seja, a formação académica de nível superior.

Formação do professor diante do contexto social em Moçambique

No contexto da educação superior em moçambique, a universidade deve acompanhar de forma muito crítica, as mudanças que ocorrem na sociedade e no mundo. É necessário que as universidades favoreçam de forma comprometida a formação dos agentes de transformação.

A instituição de ensino superior tem por excelência a obrigação de acompanhar as sociedades

nas quais está inserida, desta maneira, não é possível aceitar uma educação retrógrada e sem embasamentos. Os sujeitos sociais são outros, não cabendo mais discursos atrasados ou retrógrados. Todavia, quando se fala em mudança, há de se observar uma mudança pautada em diretrizes e estudos, não devendo ocorrer o descarte total, pois a universidade deve estar inserida na realidade das sociedades e não viver fora dela.

Diante da função da universidade em propiciar uma educação voltada para o crescimento real da sociedade, é necessário verificarmos se o docente tem uma formação adequada para também acompanhar essas mudanças.

A formação prática incluída no período da formação inicial deveria permitir ao futuro professor: a) identificar-se a si próprio como professor e aos estilos de ensino que é capaz de utilizar, estudando o clima da turma e os efeitos que os referidos estilos produzem nos alunos. b) Ser capaz de identificar os problemas de organização do trabalho na sala de aula, com vistas a torná-lo produtivo. Os problemas de disciplina e de organização da classe são mais agudos durante o primeiro ano de exercício da profissão. c) Ser capaz de resolver os problemas decorrentes das atividades de ensino-aprendizagem, procurando tornar acessíveis os conteúdos de ensino a cada um dos seus alunos. (ESTEVE, 1992, p.119)

Ainda o mesmo autor aponta que para que o professor evite o mal-estar docente e supere o “choque de realidade”, é necessário agir com a aprendizagem, ainda que seja na tentativa e erro e assim as tensões tenderão a diminuir. E é neste momento que a auto realização no trabalho docente começa a surgir. Quando o professor está cercado por orientação quanto a sua atuação, sente-se preparado a encarar os alunos, a universidade e toda a sociedade.

O professor dessa sociedade contemporânea precisa compreender que a figura do detentor do saber já está ultrapassada, no exercício de sua atividade docente, este profissional, deve propiciar um ambiente de experiências positivas para a aprendizagem, conteúdos contextualizados com a realidade e as alterações sociais dessa sociedade, ser o instigador, para que o aluno seja estimulado a buscar o conhecimento.

A formação docente para a docência no ensino superior deve ser encarada com muita atenção. A universidade tem a função da universalidade das informações e das ideias e, se ela não tiver em seu quadro de profissionais, docentes, que estejam preparados para essa função, a universidade perde sua principal característica.

Um docente que tenha uma boa formação quanto as técnicas de aprendizados, das práticas didático-pedagógicas, poderá acender a função da universidade assim como poderá fazer com que seus alunos se tornem sujeitos críticos e atuantes da sociedade, pois esta, sempre estará em mudanças, seja no contexto político, econômico ou social.

SHULMAN (2005), em seu texto: *“Conocimiento Y Enseñanza: Fundamentos de La Nueva Reforma”*, faz apontamentos relevantes sobre o exercício da docência, como, o conjunto de

conhecimentos, compreensão, habilidades e motivação. Os professores têm dificuldades para articular o que conhecem e como conhecem. E o que seriam esses conhecimentos para a atuação docente? Seriam apenas a habilidade da oratória? Conhecimentos específicos? Com o intuito de responder e organizar os conhecimentos do professor, o referido autor traz a seguinte lista:

Conhecimento do conteúdo - O saber, a compreensão, as habilidades e as disposições que devem adquirir os alunos. Essa responsabilidade coloca de maneira especial tanto uma profunda compreensão das estruturas da matéria, por parte do professor no que se refere às atitudes, ao entusiasmo do professor frente ao que está ensinando e aprendendo. Conhecimento didático geral - Princípios e estratégias gerais de manejo e organização da classe que transcende o âmbito da disciplina. Conhecimento do currículo - Considera-se no conhecimento do currículo, seus âmbitos e sequências.

Os princípios, as políticas e as circunstâncias de funcionamento. Testes e materiais para sua aplicação e os programas que servem como ferramentas para o ofício do docente. Conhecimento didático do conteúdo - O elo entre a matéria e a pedagogia que constitui uma esfera exclusiva dos mestres, ou seja, sua forma especial de compreensão profissional. Conhecimento dos alunos e de suas características - O professor não somente deve conhecer a fundo a matéria específica que ensina como também deve possuir uma ampla formação humanista, que facilita a aquisição de novas compreensões. Frente à diversidade dos estudantes, o professor precisa de uma compreensão que lhe permita explicações alternativas para um mesmo princípio ou conceito. Conhecimento dos contextos educativos - Engloba desde o funcionamento do grupo ou da classe, da gestão e financiamento dos distritos escolares até o carácter das comunidades e culturas.

Conhecimento dos objetivos, das finalidades e dos valores educativos e dos seus fundamentos filosóficos e históricos - Muitos trabalhos que difundem os resultados de investigações empíricas, também servem como fontes de divulgação dos conhecimentos de base. Algumas pesquisas se concentram na identificação dos comportamentos e estratégias do professor, que com maior probabilidade, vão suscitar um progresso e rendimento académico dos alunos. Tais conclusões podem estar mais associadas ao ensino de destrezas. (SHULMAN, 2005).

A atuação do docente deve ser interligada com as propostas da instituição de ensino – currículo e projetos - e com a realidade social a sua volta. A docência do ensino superior exige do professor um domínio em uma determinada área de conhecimento e também na área pedagógica, que neste último ponto há grande desfasagem. Por fim, o objectivo máximo da docência é a aprendizagem dos estudantes. O docente tem que ter total entendimento sobre o “aprender”, quais são as teorias sobre a aprendizagem, as mais importantes e o que se deve aprender atualmente. O aprendizado deve ser significativo e integrador. Compreender no processo de aprendizagem o desenvolvimento cognitivo, efetivo-emocional, de habilidades e a formação de atitude.

Quanto à atuação em sala de aula, o docente precisa comunicar-se de forma clara, abranger

as técnicas de aprendizagem como, trabalhar em equipe, relatórios, pesquisas em bibliotecas entre outras, e também valorizar o conhecimento e sua atualização, a pesquisa, a crítica, a cooperação, os aspetos éticos do exercício da profissão, os valores sociais, culturais, políticos e económicos, a participação na sociedade e o compromisso com a evolução.

MALIK (2011) sublinha que o professor, na sala de aula, é responsável por manter um ambiente positivo e eficaz de aprendizagem, através de: (i) preparação cuidadosa das aulas, que atendam à gama de habilidades do aluno e seus interesses; (ii) definição de padrões académicos realistas e desafiadoras de desempenho dos alunos; e (iii) manifestação de conhecimento, competência e confiança na disciplina, demonstrando compromisso com o ensino, compromisso com os programas de estudo.

Precisa aprofundar-se no conhecimento e na prática de uma relação com os alunos de forma a colaborar com eles em sua aprendizagem. Precisamos de um professor que assuma o papel de orientador das atividades que permitirão ao estudante aprender, que seja um elemento motivador e incentivador do desenvolvimento de seus estudantes, que esteja atento para mostrar os progressos deles, que forme com eles um grupo de trabalho com objetivos comuns, que incentive a aprendizagem e estimulem o trabalho em equipe, na busca de solução para problemas, usando técnicas em sala de aula que facilitem a participação. (CUNHA, 2009)

Para a atuação do docente no ensino superior a reflexão crítica e a sua adaptação são fundamentais para que este profissional possa compreender como se pratica e como se vive a cidadania nos dias atuais; e isso se dá no momento em que o professor incorpora em suas aulas a reflexão, textos de leitura e escolhendo outras estratégias para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra da forma prevista, reconstruindo o conhecimento. O professor precisa aprofundar-se no conhecimento e na prática de uma relação com os alunos de forma a colaborar com eles na aprendizagem assim como as universidades devem estar preparadas para responder às mudanças da contemporaneidade.

SHULMAN (2005) defende que o ensino exige habilidades básicas, conhecimento do conteúdo e habilidades didáticas gerais. Portanto, o docente deve estar atento a todas atitudes dentro da sala de aula, e assim propiciar a expansão do conhecimento.

O professor universitário na atualidade está enfrentando alguns dilemas sobre a sua atuação. A universidade assim como a sociedade exige deste profissional uma nova atitude diante da sala de aula, pois não aceitam mais um professor conteudista e sem prática docente no processo de ensino aprendizagem. Neste momento o docente entra em contradição, pois, realmente sua formação não foi para a docência, sendo assim, a dificuldade em se relacionar com o estudante pode ser a causa do mal-estar docente, que será explicado a seguir.

As novas tecnologias, o uso de mídias, o ingresso de diferentes pessoas com diferentes culturas, e a expectativa para a formação voltada para a ciência e tecnologia, podem deixar o profissional do ensino superior coagido.

Em um mundo globalizado como o de hoje, faz-se necessário rever com urgência os conceitos sobre educação. Não se trata simplesmente de inventar novas tecnologias para melhorar o que existe. É necessário repensar, desde as raízes, de todo o sistema de educação. De nada adianta a reformulação dos métodos e dos meios, se a educação oferecida não corresponde ao homem moderno. (BARBOSA, 2011, p. 42).

Quanto às mudanças sociais ainda cabe-nos acrescentar a questão mercadológica e o perfil do estudante. Anteriormente o estudante entrava na universidade com a finalidade única de uma formação social, hoje, todavia, há o ingresso em universidade a fim de que consigam melhores qualificações, o estudante estuda para competir no mercado de trabalho.

Portanto se as mudanças sociais afetam o mercado de trabalho, isso reflete diretamente na universidade que forma este profissional. Neste sentido o docente toma ainda uma maior carga de preocupação.

No entanto, as mudanças não podem ser entendidas como negativas. Há mudanças positivas, principalmente no que se refere à formação docente. Se a sociedade exige um profissional melhor formado, é obrigação tanto da universidade de dar condições de que este profissional se qualifique, quanto do docente perceber a necessidade de uma formação específica.

A instituição de ensino diante dos contextos de transformação social em Moçambique

A sociedade está dentro da universidade tanto quanto o inverso. A instituição de ensino tem uma autonomia relativa e a missão de educar a sociedade. No entanto a missão não seria cumprida a contento, se a instituição de ensino fosse mudada a cada crise ou mudança de governo.

Os valores de uma instituição de ensino de nível superior, jamais serão alterados. A escola é um “santuário”, onde a cidadania e o saber não têm o objectivo de se tornarem fação ou entidade repressora. No entanto, compete ao sistema educativo encontrar um caminho entre uma abertura destruidora dos conflitos e sobressaltos da sociedade e um fechamento mortífero, que isola o restante da vida coletiva (PERRENOUD, 1992).

As instituições de ensino não devem ficar imóveis em contextos sociais em transformação, porém, o agir quanto estas transformações não se dão de forma ágil. A evolução dos problemas e dos contextos sociais não se traduz por uma evolução das práticas pedagógicas.

Os centros educacionais existem e existiram em qualquer sociedade, seja ela urbana ou rural, com mais possibilidade aos recursos tecnológicos ou não. E, é neste momento que as instituições se questionam se cabe formar um professor diferenciado, se sua prática será sempre igual.

Neste sentido PERRENOUD (1999) comenta:

Minha argumentação não é crítica. Ela visa somente demonstrar que a vontade de mudar a universidade para adaptá-la a contextos sociais em transformação, ou melhor, democratizar o acesso ao saber, não é bem partilhado e que essa vontade frequentemente é frágil e se limita a discursos que não passam de ação.

A ideia de que a universidade deva formar o maior número de pessoas levando em conta a evolução da sociedade não é compartilhada abertamente, mas ela só é um princípio motor para aqueles que a tomam verdadeiramente a sério e fazem disso uma prioridade.

Seria, então, absurdo sustentar que porque a sociedade muda, a universidade vá mobilizar toda sua inteligência em segui-la, isto é, antecipar essas mudanças. Sem dúvida, as evoluções demográficas, económicas, políticas e culturais transformam os públicos escolares e as condições de escolarização e acabam por “obrigar” a escola a mudar. Ela se adapta, então, mas o mais tarde possível, de modo defensivo. (PERRENOUD, 1999).

Portanto, percebe-se que as instituições de ensino não estão apáticas quanto os fenômenos de mudanças sociais, porém, não são essas as mudanças que mais afetam o cotidiano da vida académica. Outras transformações, como as tecnológicas, por exemplo, expõe os centros educacionais a se mobilizarem mais rapidamente para adaptação, bem como, o envelhecimento da população e a busca por nova formação. (NOVAES, 2014).

Atitudes dos professores universitários perante a mudança social

O professor caminha de forma vagarosa para a incorporação das mudanças sociais em seu cotidiano. ESTEVE (1999), aponta que essa lentidão se dá também pela contraposição do agir docente e da falta de recursos para essa realização. O professor tem a ilusão de uma renovação didático-pedagógica e vê o seu trabalho limitado pela falta de material didático ou de recursos para adquiri-los e o prolongamento dessa espera acaba por prejudicar a efetivação de um bom desempenho do professor: Quando essa situação se prolonga a médio e longo prazo, costuma-se produzir uma reação de inibição no professor, que acaba aceitando a velha rotina escolar, depois de perder a ilusão de uma mudança em sua prática docente que, além de exigir-lhe maior esforço e dedicação, implica a utilização de novos recursos dos quais ele não dispõe (ESTEVE, 1999, p. 48).

Para compreender quais as situações que são determinantes na vivência educacional, ESTEVEM (1992), elenca doze fatores. Esses fatores estão divididos em primeira ordem, (incidem diretamente na ação do professor na sala de aula, referente aos sentimentos e emoções que provocam tensões e o mal-estar docente) e a segunda ordem, (referente as questões ambientais).

Os doze fatores são: a) Aumento das exigências em relação ao professor; b) Inibição educativa de outros agentes de socialização; c) Desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola; d) Rutura do consenso social sobre a educação; e) Aumento das contradições no exercício da docência; f) Mudança de expectativas em relação ao sistema de ensino g) Modificação do apoio da sociedade ao sistema educativo; h) Menor valorização social do professor; i) Mudança dos conteúdos curriculares; j) Escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho; K) Mudança na relação professor-estudante; e l) Fragmentação do trabalho do professor.

Esses doze fatores sintetizam o mal-estar docente nas instituições de ensino e na sociedade como um todo. O profissional da educação fica muitas vezes sem saber como agir diante desta difícil realidade. Repensar a atividade docente é necessidade de toda uma sociedade.

A questão sobre a reforma da educação e a formação do docente universitário pode ser considerada como indícios de mudanças sociais. O choque de realidades e gerações descrevem a rutura da imagem ideal do ensino.

O docente e suas atitudes diante das mudanças sociais e do sistema de ensino serão, iguais às atitudes de qualquer cidadão diante das mudanças aceleradas da sociedade.

ESTEVE (1992), analisa que o professor vive uma crise de identidade. Essa crise refere-se à contradição do eu real (o que eles são diariamente nas escolas) e o eu ideal (o que eles queriam ser ou pensam que deveriam ser).

Neste contexto as atitudes seriam a abundância de contradições, a incapacidade para suportar a ansiedade, depreciação do “eu” e equilíbrio. Quanto a repercussão na personalidade do docente está em primeiro lugar o mal-estar docente. O stress é a principal causa de transtornos à saúde dos profissionais da educação.

Diante das diversas formas de tensão presentes no ensino e ativadas pelas mudanças do contexto social, os professores põem em jogo diversos mecanismos de defesa (inibição, rotina, absenteísmo laboral etc.), que baixam a qualidade da educação, mas que servem para aliviar a tensão a que o professor está submetido.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades das realidades. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias.

Constrói-se também, pelo significado que cada professor enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas repercussões, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de reflexão com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos. (PIMENTA, 2002, p.19)

Desta forma, o que se encontra como resposta sobre a mudança social e atuação do profissional docente universitário, é que as mudanças existem e sempre irão existir. De uma forma geral a instituição não é afeta de forma tão drástica, pensando como um todo. Porém, o docente que está à frente da sala de aula, com muitas vezes mais de 40 alunos, é afetado rapidamente e sem condições de se preparar legitimamente para estas mudanças. É necessário que haja políticas institucionais a fim de proteger o professor universitário deste embate.

Conclusão

O desenvolvimento constitui maior preocupação dos países, e o capital humano destaca-se em grande medida, visto que a formação é a base para o desenvolvimento, mas, não basta apenas dar formação, é preciso criar mecanismos de enquadramento para que os formandos possam dar o seu contributo ao processo de desenvolvimento dos países.

O processo de ensino e aprendizagem envolve a interação entre os diferentes atores: a escola, professores, estudantes e encarregados de educação, pelo que, chama-se a atenção para a consciencialização do papel de cada interveniente neste processo, de modo que cada um possa adequadamente, desempenhar as suas funções para que o estudante alcance um resultado satisfatório durante o seu trajeto académico.

Em Moçambique, a questão da educação remonta desde os tempos da preparação da luta armada de libertação nacional, e atualmente, o país possui um total de 53 Instituições de Ensino Superior, entre Universidades, Institutos Superiores, Escolas Superiores e Academias, sendo que destas, 22 são públicas e 31 privadas, daí a importância da Lei de Ensino Superior para regulamentar a atuação destas instituições, sendo que elas constituem o centro de obtenção de conhecimento, competências e habilidades que são uma mais-valia para quem deseja ingressar num mercado de emprego cada vez mais competitivo rumo ao desenvolvimento.

Por conseguinte, tendo em conta que as universidades encontram-se inseridas em um ambiente onde várias são as forças e sinergias que atuam para o seu funcionamento, o papel do formador, neste caso, o professor universitário revela-se fundamental para a transmissão do conhecimento num ambiente sadio e flexível, num contexto de mudanças sociais que acompanham o mundo globalizado, pelo que, as IES devem criar mecanismos de adaptação com vista a garantir que os seus estudantes sejam capazes de responder aos atuais desafios que o mercado de trabalho vem impondo à sociedade.

Deste modo, as mudanças que ocorrem na sociedade podem interferir directa ou indirectamente nas IES e também no professor universitário, facto que sugere que este profissional tenha maior domínio sobre as suas atividades, devendo para tal, estar preparado para perceber e receber as alterações que ocorrem no quotidiano, e assim não cair sobre os efeitos do mal-estar docente que concorrem para a desmotivação no exercício das suas funções, pelo que, torna-se necessário que o professor se beneficie de uma formação específica.

Deverão portanto, existir projetos de formação contínua de professores universitários, que conduzam para uma reflexão das atividades desenvolvidas nas universidades e no contexto social, no qual a universidade está inserida, e assim, dotar o professor de habilidades para lidar com as mudanças sociais que interferem na atuação docente, nomeadamente: o perfil do novo estudante, a faixa etária do estudante, a formação para o mercado de trabalho, a formação pedagógica do

professor universitário e o mal-estar docente. São estas as principais mudanças que irão interferir na atuação do professor universitário.

Referências

ABREU, M. C. e MASETTO, M. T. O Professor Universitário em Aula. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.

ALARCÃO, I. Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schon e os programas de formação de professores. In: Alarcão et al. Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto Editora, 1996.

BARBOSA, J. R. Al. Didática do Ensino Superior. 2. ed. Curitiba: IESDE. Brasil S/A, 2011.

BOLETIM DA REPÚBLICA. Lei nº. 4/83, de 23 de março atinente a Lei do Sistema de Educação, Maputo; 1983.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Imprensa Nacional de Moçambique: Maputo; 2004.

CUNHA, A. de F. e LIMA, M. da G.S.B. A docência universitária, formação continuada, saberes e práticas pedagógicas. UFPI, 2009.

CUNHA, M. I. da. O lugar da formação do professor universitário: a condição profissional em questão. In: CUNHA, M. I. da (Org) Reflexões e práticas em pedagogia universitária. Campinas, SP: Papirus, 2007. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998.

DONALD A. Schön In: Nóvoa, A. *Os professores e sua formação*. Dom Quixote, Lisboa, 1992.

ESTEVE, J. M. El malestar docente. Barcelona, Laia, 1987.

HADDAD, F. Entrevista Fernando Haddad, 2009. Disponível in: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/entrevista-fernando-haddad-428792.shtml>>. Acesso: 20 de setembro de 2014.

Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, de 20 de novembro de 1996.

LOBO, Manuel Francisco e NHÊZE, Ismael Cassamo. Qualidade de Ensino no Ensino Primário, Maputo, 2008.

MALIK, A. M. (2011). Role of teachers in managing teaching learning situation. Disponível em www.journal-archives8.webs.com/783-833.pdf Masetto, M. T. Competência Pedagógica do Professor Universitário, São Paulo: Summus, 2003.

MASETTO, M. T. (org). Docência Universitária. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Exame Nacional 2015 da Educação para Todos: Relatório Sobre os Seis Objetivos da Educação para Todos, Maputo-Moçambique; 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional da Educação e Estratégia de Implementação, Maputo; 1995.

MOSHA, Hermes J. Monitoria e Avaliação da Política, Planose Programas Educacionais, S/ editora, Johannesburg; 2003.

NOVAES, D. V. Análise da Gestão do Instituto Federal de Educação. Desafios e Oportunidades da Expansão da Rede. Relatório de Pós-Doutorado realizado na UNICAMP. 2014. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br

NÓVOA, A. et al. Profissão Professor. 3 ed. Porto: Porto Editora, 1995

Parente, C. da M. D. et all. A Formação de Professores e seus Desafios Frente às mudanças Sociais, Políticas e Tecnológicas. São Paulo: Editora Penso, 2014.

PERRENOUD. P. Formar professores em contextos sociais em mudança. Prática reflexiva e participação crítica. Genebra. 1999. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n12/n12a02.pdf>>. Acesso em 21 de novembro de 2014.

PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo, Cortez, 2006.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidades e saberes da docência. In: _____. Saberes pedagógicos e atividade docente, 1999. P. 15-34.

PIMENTA, Selma Garrido e ANASTASIOU, Léa das Graças C. e CAVALLET, Valdo José. Docência no ensino superior: construindo caminhos. Formação docente: rupturas e possibilidades. Tradução. Campinas: Papirus, 2002. . . Acesso em: 12 jun. 2024.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Comité dos Conselheiros, Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação, Maputo; 2003.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano Quinquenal do Governo 2010-2014, Maputo; 2010.

SCHON, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto alegre; Artmed Editora, 2000.

SHULMAN, L.S. Conocimiento y enseñanza: fundamentos de La nueva reforma 1. Revista de Curriculum y Formación del Profesorado, v. 9, n. 2, 2005. Disponível em: <www.ugr.es/local/recfpro/Rev92ART1.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2014.

TEIXEIRA, A. Educação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

ZABALZA, M. A. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Recebido em 10 de maio de 2024
Aprovado em 15 de junho de 2024
Publicado em 17 de junho de 2024